

Relações Públicas Comunitárias: uma leitura a partir de Boaventura de Sousa Santos¹

Ivana Ferreira LERMEN²
Antônio Carlos dos SANTOS³
Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, SE

Resumo

Nosso objetivo com esse trabalho é intensificar a discussão, a partir das ideias de Boaventura de Sousa Santos, em torno do novo paradigma das Relações Públicas Comunitárias. As obras do autor *Um discurso sobre a ciência*, *Introdução a uma ciência pós-moderna* e *Conhecimento prudente para uma vida decente*, que descrevem uma crítica à ciência moderna e vislumbram uma ciência pós-moderna, apoiarão uma reflexão sobre as bases científicas que inauguraram a profissão de Relações Públicas. A sistematização do paradigma das Relações Públicas Comunitárias, em que a atuação do profissional está mais voltada à práxis social em detrimento do caráter mercadológico e institucional que marcou o início da profissão, permite um paralelo com os caminhos possíveis traçados por Boaventura de Sousa Santos nessas três obras.

Palavras-chave: Relações Públicas Comunitárias; Boaventura de Sousa Santos
Comunicação Organizacional.

Introdução

O presente trabalho busca trazer à reflexão o paradigma das Relações Públicas Comunitárias tendo como base as ideias de Boaventura de Sousa Santos. Para isso, apresentaremos as discussões do autor a respeito da crise do paradigma dominante e o surgimento da ciência pós-moderna e, por consequência, suas reformulações em torno do senso comum, reflexividade, linguagem e paixão, presentes nas suas obras *Um discurso sobre as ciências* e *Introdução a uma ciência pós-moderna*, como temas que apoiarão o debate em torno desse paradigma das Relações Públicas Comunitárias. O trabalho de

¹ Trabalho apresentado no GP Relações Públicas e Comunicação Organizacional do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Relações Públicas. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFS, Especialista em Sustentabilidade e Responsabilidade Social Empresarial, Bolsista CAPES, email: ivanalermen@gmail.com.

³ Orientador do trabalho. Doutor em Filosofia pela Université de Paris X-Nanterre em cotutela com a Universidade de São Paulo. Professor do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe - DFL/PRODEMA/UFS. Líder do Grupo de Pesquisa Filosofia e Natureza - UFS/CNPq, email: acsantos12@uol.com.br.

tradução, estruturado na obra *Ciência Prudente para uma vida decente*, também será mencionado como uma possibilidade de atuação do profissional dentro dessa função social.

Como a atividade de Relações Públicas foi pautada nas bases científicas do pensamento moderno, a crítica de Santos a esse modo de fazer ciência nos ajuda a pensar a posição do pesquisador-cientista enquanto um ator social, que busca na sua produção científica a transformação social, trazendo, assim, a ideia de uma aplicação edificante.

Desse modo, nosso intento é aumentar a discussão em torno dessa atuação mais voltada para a prática social, ou seja, no esforço pela melhoria do bem-estar da sociedade, que tem na construção teórica-metodológica das Relações Públicas Comunitárias - delineada por autores brasileiros através da obra organizada por Margarida Kunsch e Waldemar Kunsch intitulada *Relações Públicas Comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora* - a sistematização desse novo paradigma.

Por fim, esperamos que o aumento desse debate possa promover uma reflexão positiva sobre o mercado, personificado pelos tomadores de decisão, em que essa práxis social seja conhecida e solicitada cada vez mais dentro da gestão organizacional em função dos problemas vividos por uma sociedade mais complexa, consciente e exigente.

A crise do paradigma dominante e a ciência pós-moderna

A noção de paradigma proposta por Thomas Kuhn (2009, p.218) na obra *A estrutura das revoluções científicas*, que compreende “constelações de crenças, valores técnicas, etc. partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada”, é a acepção contemporânea que nos ajuda a pensar a história do pensamento moderno. Este foi inaugurado no século XVI-XVII com o modelo heliocêntrico de Nicolau Copérnico e tem na sua sequência o pressuposto de Descartes da existência de um indivíduo dotado de uma natureza racional. “A modernidade se caracteriza pela ruptura com a tradição que leva à busca de um sujeito pensante, de um novo ponto de partida alternativo para a construção e a justificação do conhecimento” (MARCONDES, 2010, p.22-23).

A crise de paradigmas, ainda sob a ótica de Kuhn, pode ser considerada uma mudança conceitual que leva a uma nova visão sobre o mundo, em que as explicações anteriores não dão mais respostas às novas inquietações. Ainda sobre a história do pensamento moderno, Marcondes (2010) aponta três momentos que representam tentativas iniciais de ruptura com esse paradigma, os quais: a reação romântica contra a tradição racionalista ao valorizar o sentimento e a intuição como formas entre o homem e o real; as

críticas de Hegel a Kant ao contrapor uma noção de consciência historicamente construída em detrimento da subjetividade; e a crítica de Marx ao pensamento instaurado na modernidade, de forma que a libertação do homem só seria possível a partir de uma transformação da própria sociedade.

Na obra *Um discurso sobre a ciência*, Santos apresenta uma visão crítica da ciência feita no final do século XX, refletindo “sobre os limites do rigor científico combinada com os perigos cada vez mais verossímeis da catástrofe ecológica ou da guerra nuclear, que fazem-nos temer que o século XIX termine antes de começar” (2010, p.14). Ele descreve que a ciência é realizada dentro de um paradigma dominante, fundado no pensamento moderno, que determina um modelo global da racionalidade científica distinto dos conhecimentos ditos não-científicos (o senso comum e os estudos humanísticos) e prevendo a separação do homem e da natureza.

Essa nova visão de mundo e da vida reconduz-se a duas distinções fundamentais, entre o conhecimento científico e o senso comum, por um lado, e entre natureza e pessoa humana, por outro. Ao contrário da ciência aristotélica, a ciência moderna desconfia sistematicamente das evidências da nossa experiência imediata. Tais evidências, que são a base do conhecimento vulgar, são ilusórias (SANTOS, 2010, p.24)

O autor esclarece que a ciência moderna pauta-se nos seus princípios epistemológicos e nas suas regras metodológicas para, assim, se caracterizar como um modelo totalitário, hegemônico, rompendo com os paradigmas precedentes. Ela avança na observação sistemática e rigorosa dos fenômenos naturais, com o objetivo de conhecer a natureza para controlá-la e dominá-la. A observação e a experimentação passam a ser a forma de se ascender a um conhecimento profundo e rigoroso da natureza. “A matemática fornece à ciência moderna, não só o instrumento privilegiado de análise, como também a lógica da investigação, como ainda o modelo de representação da própria estrutura da matéria” (SANTOS, 2010, p.27). O rigor científico passa pela quantificação e o que não é quantificável é cientificamente irrelevante. Isto posto, o autor explana que o paradigma dominante considera um mundo sem mudanças, ou seja, previsível, em que é possível formular leis gerais sobre os problemas, onde temos uma espécie de mundo-máquina, marcando, assim, a ideia do mecanicismo.

Santos pontua que o racionalismo cartesiano e o empirismo baconiano, que inauguraram a ciência moderna, se condensaram no positivismo oitocentista e que neste só existem duas formas de conhecimento científico: através das disciplinas da lógica e da

matemática e das ciências empíricas, sendo assim, as ciências sociais nasceram para serem ciências empíricas. Contudo, reivindicando uma epistemologia e uma metodologia própria, as ciências sociais ainda assim, foram estruturadas dentro dos moldes do paradigma dominante. Em um primeiro momento, os fatos sociais precisariam ser reduzidos às suas dimensões externas, observáveis e mensuráveis para serem conhecidas. Em um segundo momento, já apontando para uma crise paradigmática, as ciências sociais reivindicam sua concepção subjetivista, buscando compreender os fenômenos sociais a partir de atitudes mentais e sentidos conferidos pelos agentes da ação.

Santos argumenta, na obra *Introdução a uma ciência pós-moderna*, que esse paradigma dominante está em crise na medida em que a ciência perdeu sua capacidade de autorregulamentação, pois devido a industrialização da produção científica houve o seu comprometimento junto ao sistema social para manutenção das relações de poder. Ele defende que o projeto moderno fracassou, uma vez que a mercantilização da ciência inviabilizou a resolução de problemas básicos de sobrevivência de milhões de pessoas, apesar dos seus êxitos estrondosos. Também ressalta que os problemas provenientes de uma sociedade tecno-científica e comunicativa geram problemas mais complexos que uma fórmula-lei ou uma teoria geral não conseguirá responder. Esse paradigma emergente é designado pelo autor como ciência pós-moderna, que irá se inaugurar um novo saber.

A configuração do saber é, assim, a garantia do desejo e o desejo da garantia de que o desenvolvimento tecnológico contribua para o aprofundamento da competência cognitiva e comunicativa e, assim, se transforme num saber prático e nos ajude no sentido e autenticidade à nossa existência (SANTOS, 2003, p.42).

Dessa maneira, o autor ao vislumbrar o perfil epistemológico e sociológico dessa ciência pós-moderna aponta alguns possíveis caminhos que permitirão a formação de um novo paradigma societal, que terá no pesquisador-cientista um ator social, contribuindo para uma transformação da sociedade.

Sendo uma revolução científica que ocorre numa sociedade ela própria revolucionada pela ciência, o paradigma a emergir dela não pode ser apenas um paradigma científico (o paradigma de um conhecimento prudente), tem que ser um paradigma social (o paradigma de uma vida decente) (Santos 2010, p.60)

É dentro desse paradigma dominante que nascem as atividades do profissional de Relações Públicas, que têm nos seus instrumentos técnicos (diagnósticos, planos, pesquisas,

canais de diálogos, entre outros) meios para mediar os relacionamentos entre a organização e suas partes interessadas.

...a fonte de inspiração metodológica da teoria das relações públicas encontra-se no funcionalismo e no positivismo (...) A sociologia teve fortes influências dessa corrente metodológica e, uma vez que a base teórica em que se alicerçam os conceitos das relações públicas advém em grande parte das ciências sociais, o positivismo imprimiu seus traços sobre a formação teórico-prática do profissional dessa área (...) Outro fato que constitui a essência do funcionalismo é sua forma de ver a sociedade como um todo organizado, em que as partes existem para satisfazê-los, legitimá-lo. Não se questionam as incoerências sociais existentes e suas contradições, que são vistas como disfunções sociais (...) E é justamente sob esse enfoque metodológico que as relações públicas foram criadas, ou seja, dentro de uma perspectiva de legitimação de poder (CÉSAR, 2007, p.79-80).

A profissão, legislada em 1967 pelo governo brasileiro, tornou-se, assim, parte das Ciências Sociais Aplicadas devido à existência de um corpo teórico normativo com instrumentos técnicos que permitem o exercício da sua prática. “Quem põe a analisar a evolução das relações públicas brasileiras por décadas verá que a de 1960, além das dificuldades encontradas na área, revela uma clara preocupação com o ‘exercício’ da atividade, direcionando o foco para aspectos puramente instrumentais...” (KUNSCH, 2009, p.26).

Dessa maneira, a profissão já nasce de um desafio, atuar na mediação de relacionamentos, que podem ser amistosos ou conflituosos, onde as respostas são pensadas dentro do paradigma dominante - pautado no caráter hegemônico do método empirista, de fundo mecanicista e direcionado para legitimação do poder organizacional. É dentro desse contexto que as atividades de Relações Públicas são desenvolvidas, onde através do discurso institucional e do próprio financiamento das atividades há a perpetuação das relações de poder frente aos diversos públicos envolvidos.

Observa-se que, no cenário social da atualidade, as discussões complexas exigirão uma postura cidadã de atuação profissional em contrapartida as ações instrumentais de caráter mercadológico, vide o desenvolvimento de ações comunicacionais para monitoramento de impactos socioambientais gerados pela implementação de novos empreendimentos que possuem caráter poluidor ou degradador ao meio ambiente.

Diante do impulso da cobrança de uma sociedade mais consciente, mais exigente, que tem mais acesso à informação começa a ter noção do que é democracia, e as organizações e a área de relações públicas passam a adotar uma postura proativa, em que as virtudes sociais são incorporadas às políticas organizacionais e cuja

transparência já não parece mais utópica quanto há alguns anos (OLIVEIRA, 2007, p.185).

Desse jeito, o profissional deverá viabilizar as interlocuções necessárias entre à sociedade, à organização e o Estado, para que, assim, possa haver uma coordenação de ações que integrem investimento social privado e políticas públicas para projetos socioambientais e de promoção da cidadania numa perspectiva ética e transparente frente a essa sociedade mais consciente.

Todo conhecimento é...

Em *Um discurso sobre a ciência*, Santos apresenta quatro teses iniciais que veem a sustentar esse paradigma emergente, os quais enumeramos: a) todo o conhecimento científico-natural é científico-social: dessa forma a tendência ao dualismo (homem/natureza, natural/artificial, mente/matéria, etc.), vigorante no pensamento moderno, deve ser superado, com isso as disciplinas das ciências naturais e ciências sociais devem se fundir; b) todo o conhecimento é local e total: a fragmentação do conhecimento passa a ser de disciplinar à temático, dessa maneira o objeto se amplia, e seu caráter local é assumido na medida em que permite que teorias desenvolvidas localmente possam ser utilizadas fora do seu contexto de origem; c) todo o conhecimento é autoconhecimento: a distinção sujeito/objeto é superada, convivendo de forma pacífica, passando a ser considerada a intersubjetividade do processo de produção científica reconhecida no seu caráter autobiográfico (individual/cientista) e autoreferenciável (coletivo/comunidade científica); d) todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum: o conhecimento do senso comum deve ser desmistificado, passando por uma ação libertadora que pode ser ampliada através do diálogo com o conhecimento científico, dessa forma temos a abertura para outros saberes.

Essas quatro teses permitem balizar formas de atuação do profissional de Relações Públicas para essa sociedade complexa. A superação da relação dicotômica proveniente do pensamento moderno, nos leva a repensar a própria dualidade organização/partes interessadas. A ampliação do objeto de disciplinar para temático aparece na medida em que a área de Comunicação Organizacional não mais consegue trabalhar de maneira isolada dentro da organização, pois os problemas são transversais às diversas áreas, desde as questões institucionais, como imagem e reputação, como também questões ligadas ao desenvolvimento de um sistema de gestão socioambiental responsável, ou através da

sociabilização digital promovida pelas mídias sociais, necessitando, assim, do estabelecimento de parcerias com as áreas organizacionais de Recursos Humanos, Meio Ambiente e Tecnologia da Informação, respectivamente. O caráter de autoconvencimento mencionado por Santos nos ajuda a pensar na atuação do profissional de Relações Públicas a favor de uma transparência organizacional, em que a ética não se resume apenas ao discurso institucional e sim às consequências de suas ações práticas.

Ciência e senso comum

Através de uma abordagem de dupla ruptura epistemológica, Santos propõe uma nova forma de produção científica. A primeira ruptura elucida que não é possível criar um conhecimento novo em conflito com o senso comum, a segunda mostra que a ciência não deve tentar modificar o senso comum, mas transformar-se nele. Por conseguinte, o caráter elitista que permeia a comunidade científica será substituído por uma nova ciência, sendo ela prática, utilitária, que dá sentido à existência, esclarecedora e democraticamente distribuída – seria uma ciência prudente.

Com o objetivo de atingir essa dupla ruptura epistemológica, mostra-se necessário, segundo o autor, superar a caracterização saturada de negatividade feita ao senso comum a partir das ciências. Também é imprescindível atenuar o desnivelamento dos discursos ditos “normais” dos discursos do senso comum, tidos como vulgares. É imprescindível assumir a verdade social da ciência, ou seja, suas condições sociais de prática para, assim, encontrar um novo equilíbrio entre a adaptação e a criatividade.

Santos esclarece, através de uma análise sociológica da ciência, que todo conhecimento é em si uma prática social; que a sociedade complexa é uma configuração de conhecimento adequada às várias práticas sociais; e que, a crítica de uma forma de conhecimento é uma crítica à prática social a que se pretende adequar. À vista disso, todo conhecimento é contextual.

Essa abordagem, à luz da dupla ruptura epistemológica feita por Santos, permite uma reflexão sobre os diversos saberes existentes no mundo, sobre as diversas experiências sociais, como os exemplos fornecidos pelo próprio autor sobre a concepção de *swadeshi* proposta por Gandhi e a filosofia da *sageza* formulada pelo filósofo queniano Odera

Oruka⁴, que não podem ser desperdiçadas em função do caráter hegemônico do rigor científico moderno.

A conciliação da ciência com o senso comum e a abertura para novos saberes propostas por Santos confirmam a ideia de que para trabalhar com relações é necessário conhecer o contexto social da sua parte interessada. A aplicação técnica comunicacional prevista através da necessidade de realização de diagnósticos socioambientais para processos de Licenciamento Ambiental ou para implantação de programas de Relacionamento Comunitário ratifica essa tese do autor. Vale ressaltar a necessidade de colocar o saber local, seja comunitário, seja dos movimentos sociais, em um patamar igualitário frente ao saber organizacional com o objetivo de que as ações ao invés de unilaterais constituam-se como bilaterais, de trocas e construções coletivas.

Reflexividade, linguagem e paixão

A argumentação de Santos em torno do processo de produção científica como uma prática social, em função do contexto em que ocorre, o faz reformular algumas questões. A objetividade do cientista, inerente ao pensamento moderno, é dissolvida na ideia da reflexividade, com a inserção de um sujeito de conhecimento na figura do pesquisador. Desse modo, fatores intersubjetivos passam a ser apreciados dentro desse processo de delineamento da pesquisa, como os instrumentos teóricos metodológicos escolhidos, a comunidade científica a qual faz parte, o lugar da sua prática científica (instituição, financiamento, usos do conhecimento científico).

Santos faz uma reflexão sobre a luta travada pelo paradigma dominante em relação à linguagem do senso comum, em que esta foi marginalizada por ser taxada de vulgar e difundir concepções falsas, em detrimento da linguagem da ciência moderna, norteadas pelo rigor científico, incomum por excelência. Entretanto, ele sinaliza que as metáforas e os esquemas de interpretação provenientes do senso comum são essenciais para aproximar o sujeito do objeto e a teoria dos fatos, permitindo, então, uma inovação científica na criação de um conhecimento prático voltado para a transformação social.

O autor também reformula o aspecto da emoção.

⁴ Santos (2006, p.803-804) descreve a concepção de *swadeshi* proposta por Gandhi na ideia da sustentabilidade e da reciprocidade promovida pela autossuficiência local, em exclusão aos serviços mais distantes. E a filosofia da *sageza* de Odera Oruka através de pensamentos expressos por *sages* (poetas, médicos tradicionais, contadores de histórias, músicos ou autoridades tradicionais – sabedores de uma determinada comunidade) sobre o modo de pensar o mundo, oscilando entre a sabedoria popular e a didática.

O paradigma da ciência moderna, sobretudo na sua construção positivista, procura suprimir do processo de conhecimento todo elemento não cognitivo (emoção, paixão, desejo, ambição, etc.) por entender que se trata de um fator de perturbação da racionalidade da ciência. Tal elemento só é admitido enquanto objeto de investigação científica, pois que se crê que dessa forma será possível prever e logo neutralizar os seus efeitos” (SANTOS, 2003, p.117)

Na ciência pós-moderna, a emoção será incorporada ao processo de produção de conhecimento, conforme expõe Santos, pelas suas características intersubjetivas, dando uma competência social ao cientista, que trabalhará numa perspectiva mais tolerante, edificante.

Essas reformulações do autor permitem algumas observações no campo comunicacional. A ideia de reflexividade e linguagem do cientista podem ser verificadas na atuação do profissional de Relações Públicas no momento em que ele escolhe os canais de abertura de diálogos e os instrumentos técnicos que serão utilizados através da comunicação dirigida, determinando, assim, o tratamento que será dado para aquele relacionamento. A consideração da existência de uma linguagem do senso comum não pode ser esquecida no momento em que a comunicação dirigida for definida, pois ao se relacionar com comunidades indígenas, quilombolas, lideranças sindicais, entre outros, o tipo de linguagem deve colocar o profissional/organização no mesmo nível de igualdade com a parte interessada. A linguagem de caráter elitista deve ser esquecida para dar lugar a uma linguagem técnica que também considere as metáforas das diversas experiências sociais.

Em relação aos elementos não cognitivos aqui temos duas vertentes de interpretação: enquanto pesquisador-cientista estes elementos não cognitivos devem ser assumidos em concordância com o autor, contudo, no momento da sua atuação prática, enquanto mediador, a ideia de neutralidade aparece como forma de se chegar um resultado comum principalmente em situações de conflitos. Disso emergi uma questão - um profissional com competência social não deve advogar por causas às quais não acredita. Por consequência, os elementos não cognitivos vêm a ratificar o argumento de Santos de que estão presentes na produção do conhecimento e com isso nas suas escolhas. “Trata-se de um novo paradigma de intervenção do individuo como cidadão ante a sua realidade, assumindo papel fundamental de articulador e gestor da transformação social” (CÉSAR, 2007, p.83).

A aplicação edificante

Na obra *Introdução a uma ciência pós-moderna*, Santos (2003, p.158-161) propõe uma nova forma de se fazer ciência. Com isso, a aplicação técnica - inaugurada no

pensamento moderno, pautada no método hegemônico experimental e matemático, que busca uma verdade absoluta, assumindo a realidade dada pelo grupo dominante de modo a silenciar definições alternativas – é substituída por uma aplicação edificante - sendo esta repensada dentro de um perfil epistemológico e sociológico com as seguintes características: 1) a aplicação edificante é concreta e quem a aplica está existencial, ética e socialmente comprometido com o impacto da aplicação; 2) os meios e fins não estão separados; 3) a aplicação é um processo argumentativo entre os grupos que lutam pela decisão; 4) o cientista deve envolver-se na luta pelo equilíbrio de poder, nos vários contextos da aplicação, e para isso terá que tomar partido daqueles que tem menos força, revelando assim argumentos que tornem credível o seu uso; 5) a aplicação edificante reforça as definições emergentes e alternativas da realidade; 6) o *know-how* ético tem prioridade na argumentação do que o *know-how* técnico; 7) os limites e deficiências dos saberes locais não justificam a sua recusa, pois acarretaria em um desarme argumentativo e social das suas competências; 8) a ampliação da comunicação e o equilíbrio das competências visam a criação de sujeitos socialmente competentes; 9) a aplicação edificante vigora dentro da própria comunidade científica e o cientista edificante tem que saber falar através de vários discursos locais próprios dos vários contextos de aplicação; 10) a nova conflitualidade interna das ciências se dará entre os partidários da aplicação edificante e os partidários da aplicação técnica. “Essa nova *conflitualidade*, sendo especificamente uma luta entre dois paradigmas científicos, deve ser entendida como sendo parte integrante de outra mais ampla entre dois paradigmas sociais” (SANTOS, 2003, p.161).

Essa aplicação edificante proposta por Santos corrobora com a abordagem das Relações Públicas Comunitárias, em que o trabalho do profissional ultrapassa a instrumentação técnica institucional, envolvendo iniciativas de mobilização social, projetos organizacionais participativos e democráticos de corresponsabilidade entre a empresa e suas partes interessadas, repensando, assim, conteúdos, ferramentas e linguagens, em um cenário no qual a organização apresenta uma prática responsável frente à sociedade.

Aqui se destaca a importância de as relações públicas estarem diretamente envolvidas com a construção da cidadania, fixando sua função social de práxis voltada para a transformação social, no estabelecimento da integração entre Estado, sociedade e mercado. Com essa perspectiva social, a área ganha uma nova dimensão, pois a interlocução entre os diversos setores da sociedade é imprescindível para a ação integrada (OLIVEIRA, 2007, 181-182).

Na aplicação edificante, a ética tem prioridade na tomada de decisão, pois o profissional está comprometido com o contexto situacional, inclusive, estando consciente das relações de poder envolvidas, principalmente em situações de crise. O profissional deverá adequar o seu discurso aos contextos situacionais em questão, trazendo argumentos muitas vezes marginalizados de outras experiências sociais ao mesmo patamar do discurso organizacional, gerando muitas vezes uma conflitualidade entre os que querem adotar essa nova competência social e os partidários da aplicação técnica anterior.

O trabalho de tradução

O trabalho de tradução proposto por Santos na obra *Conhecimento prudente para uma vida decente*, ajuda no exercício de adequação da linguagem, situação primordial para um profissional da área de Comunicação Social, assim como aponta um campo vasto de atuação no processo de interlocução cultural. “A tradução é o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis (...) incide tanto sobre os saberes como sobre as práticas” (SANTOS, 2006, p.802-803).

O autor ainda descreve o trabalho de tradução como uma forma de compreensão de práticas não-hegemônicas que, ao se articularem, tornam-se contra-hegemônica. Desse modo, seria um trabalho intelectual, político e emocional, porque abrange o inconformismo perante a incompletude de uma determinada prática, como também a intenção de partilhar com o mundo um outro tipo de saber. Dentro desse procedimento surge a possibilidade de um diálogo multicultural, impronunciável num momento anterior, em que há convergências de experiências e inconformismo frente à determinada prática, e, com isso, surgem trabalhos de tradução voltados para “reivindicações e aspirações operárias e os objetivos da cidadania, de proteção ao meio ambiente e de antidiscriminação contra mulheres, minorias éticas ou imigrantes” (SANTOS, 2006, p.810-811).

Uma ligação pode ser traçada entre esse trabalho de tradução e o papel desempenhado pelo profissional de Relações Públicas junto ao ativismo e a mobilização social. Henriques (2007, p.96-101) enumera duas dimensões em que as estratégias comunicacionais apoiam estruturas mobilizadoras:

- (a) ... na criação das condições de ação em rede e de coesão entre os atores mobilizados e (b) no processo de viabilidade da causa, do movimento e do posicionamento público (...) Podemos entender o processo mobilizador como um processo de relações públicas. Não no sentido propagandístico ou mercadológico,

mas em uma acepção política de defesa pública de interesses por meio do relacionamento entre instituições e públicos. A necessidade de relacionamento público fez emergir a atividade de relações públicas – estreitamente associada aos grandes interesses do capital privado em busca de legitimação pública, em um cenário de modernização e de emergência de uma opinião pública de massa. Entretanto, em uma visão mais ampla podemos compreender que a atividade se aplica em seus fundamentos a qualquer demanda de relacionamento que se apresente entre instituições e seus públicos.

Podemos observar, assim, as possibilidades de interlocuções em prol da defesa dos interesses públicos na busca de legitimação da sua própria existência, estabelecendo uma perspectiva transformadora em que os processos comunicativos deverão estar direcionados aos diálogos e relações interpessoais.

Considerações Finais

As mudanças de paradigmas são uma constante na história da ciência e Kuhn as descreve como uma nova visão de mundo. Podemos pensá-las como oportunidades. No paradigma anterior as bases científicas foram pensadas nos moldes instrumentais para dominação e controle da natureza, mas como Boaventura de Sousa Santos explicita, a ciência foi transformada a ponto de comprometer-se com o sistema social na manutenção das relações de poder em prol de grupos privilegiados, não conseguindo, assim, resolver os problemas que abalam a humanidade.

Contudo, esses problemas existem e precisam ser tratados, devemos refletir enquanto pesquisadores-cientistas e profissionais atuantes se continuaremos com uma postura meramente técnica ou devemos incorporar a prática social em nossas ações para que, dentro de contextos conjunturais, possamos promover o bem-estar da sociedade. Teremos uma competência social, edificante? Reflexão que também se estende ao posicionamento das organizações que, sendo alicerces da economia de mercado capitalista, pode ter ou não algum compromisso com a sociedade.

Em consonância com o debate sobre pensamento científico contemporâneo, aqui apresentado através das reflexões de Boaventura de Sousa Santos, autores brasileiros trabalham na sistematização de um papel edificante para o profissional de Relações Públicas, principalmente no desenvolvimento teórico-metodológico da sua atuação comunitária. Em que o contexto social, a definição do conteúdo e linguagem e a ação de interlocução frente ao Estado-mercado-sociedade ganham uma nova configuração nesse paradigma mais amplo, que supera o inicial de linha mercadológica e institucional.

Isso posto, esperamos que o aumento desse debate promova uma reflexão positiva sobre o mercado de trabalho e que o profissional de Relações Públicas se torne cada vez mais requisitado em função dessa sua práxis social dentro da gestão organizacional. Por fim, uma última reflexão que fica para os profissionais: que tipo de ciência nós queremos produzir?

REFERÊNCIAS

CÉSAR, Regina Escudero. Movimentos sociais, comunidade e cidadania. In: KUNSCH, Margarida. KUNSCH, Waldemar (Orgs). **Relações Públicas Comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007.

HENRIQUES, Márcio Simeone. Ativismo, movimentos sociais e relações públicas. In: KUNSCH, Margarida. KUNSCH, Waldemar (Orgs). **Relações Públicas Comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007.

KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. 9ª. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2009.

KUNSCH, Margarida. Planejamento e gestão estratégica das relações públicas comunitárias. In: KUNSCH, Margarida. KUNSCH, Waldemar (Orgs). **Relações Públicas Comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007.

KUNSCH, Waldemar. Resgate histórico das relações públicas comunitárias no Brasil. In: KUNSCH, Margarida. KUNSCH, Waldemar (Orgs). **Relações Públicas Comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007.

_____. Gênese e desenvolvimento no campo profissional e acadêmico das relações públicas no Brasil. In: KUNSCH, Margarida (Org). **Relações Públicas: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARCONDES, Danilo. A crise de paradigmas e o surgimento da modernidade. In: BRANDÃO, Z. (ORG.). **A crise de paradigmas e a educação**. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, Maria José da Costa. Relações Públicas e as questões sociais nos três setores da sociedade. In: KUNSCH, Margarida. KUNSCH, Waldemar (Orgs). **Relações Públicas Comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007.

SANTOS, Antônio Carlos. BECKER, Evaldo (Orgs). **Entre o homem e a natureza:** abordagens teórico-metodológicas. Porto Alegre: Redes Editora, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre a ciência.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Conhecimento prudente para uma vida decente.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.